

**Carta Aberta a:**

**Exmo. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros**

Prof. Dr. Augusto Santos Silva

**Exma. Sra. Ministra de Estado da Presidência,**

Dra. Mariana Vieira da Silva

**Exma. Sra. Ministra do Trabalho, da Solidariedade e da Previdência Social,**

Dra. Ana Mendes Godinho

**Exma. Sra. Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade,**

Dra. Rosa Monteiro

**Exma. Sra. Secretária de Estado Para os Assuntos Europeus,**

Dra. Ana Paula Zacarias

**Exmo. Sr. Embaixador, Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia,**

Dr. Nuno Brito

19 de abril de 2021

**Assunto:** Pedido à presidência portuguesa para tomar medidas sobre a deterioração da situação na Polónia

No momento em que os Ministros da UE se preparam para discutir questões relacionadas com o Estado de Direito nas suas reuniões do Conselho de Assuntos Gerais de 20 de abril e 11 de maio de 2021, de acordo com o programa de trabalho da Presidência Portuguesa do Conselho, nós, os representantes abaixo assinados de organizações da sociedade civil portuguesa, polaca, europeia e internacional, apelamos à vossa liderança para assegurar que o Conselho se ocupe da deterioração do Estado de Direito e dos direitos fundamentais na Polónia, realizando uma audição nos termos do n.º 1 do artigo 7.

Nos dois anos e meio decorridos desde a anterior audiência do Conselho sobre o Estado de Direito na Polónia, o governo polaco persistiu nas suas tentativas de minar os valores e princípios da UE. Ignorou as recomendações e decisões emitidas a este respeito pela Comissão Europeia, pelo Parlamento Europeu e pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) desde 2016. Na sua resolução de setembro de 2020, o Parlamento Europeu solicitou igualmente uma ação urgente por parte do Conselho.

**É agora vital que o Conselho avance com o procedimento previsto no n.º 1 do artigo 7.º do TUE, realizando urgentemente uma audição com o Governo polaco** para analisar tanto as questões levantadas pela Comissão Europeia no seu parecer fundamentado de dezembro de 2017, como outros desenvolvimentos entretanto ocorridos e que ameaçam ainda mais o Estado de direito e os direitos fundamentais na Polónia.

Exortamos Portugal a assegurar que o Conselho dirija urgentemente recomendações específicas ao Governo da Polónia, a fim de salvaguardar todos os princípios consagrados no artigo 2º do TUE e, com base nas informações fornecidas, a apoiar a necessidade de determinar que existe um risco claro de violação grave dos valores referidos no artigo 2º do TUE na Polónia. Estamos seriamente preocupados com o facto de a falta de ação por parte do Conselho ter dado poderes ao Governo polaco para continuar a prosseguir políticas que minam gravemente o Estado de direito e afetam os direitos fundamentais das pessoas na Polónia. O dismantelamento da independência e eficácia do sistema judicial do país está a ter consequências sem precedentes não só nas atividades dos profissionais do direito na Polónia, mas também agora na vida de todos/as os/as cidadãos/ãs polacos/as que já não podem contar com o acesso à justiça independente quando os seus direitos - incluindo ao abrigo da legislação da UE - são violados. É urgente uma ação rápida e eficaz por parte do Conselho para refrear esta trajetória.

### **Erosão da Independência Judicial**

Como sabe, os juízes na Polónia têm enfrentado processos disciplinares arbitrários por criticarem reformas judiciais problemáticas e submeterem casos para decisões

preliminares ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). A Polónia não cumpriu integralmente as decisões de junho de 2019 e novembro de 2019 do TJUE relativas às leis sobre o Supremo Tribunal e sobre os tribunais ordinários. Também não respeitou as medidas provisórias emitidas pelo Tribunal em abril de 2020, que ordenaram ao governo a suspensão dos poderes da Câmara de Disciplina do Supremo Tribunal até uma decisão sobre o caso. O governo polaco também não comprovou, até agora, à Comissão Europeia que a lei adotada em fevereiro de 2020 (também conhecida como "the Muzzle Law", é compatível com o direito comunitário. Isto justificou a decisão da Comissão de remeter a Polónia para o TJUE e de solicitar ao Tribunal que ordenasse medidas provisórias até uma decisão final sobre o caso.

Desde o início da Presidência Portuguesa do Conselho, o Ministério Público Nacional solicitou o [levantamento da imunidade dos juízes](#) da Câmara Criminal do Supremo Tribunal de Justiça, entendida como crítica às políticas do partido no poder, e solicitou a transferência para a Câmara Disciplinar, considerada ilegal pelo TJUE, dos [autos](#) dos processos ouvidos pelos juízes da Câmara Criminal.

### **Violação dos Direitos da Mulher, nomeadamente através do Tribunal Constitucional Compromissado**

Mais uma vez, durante a Presidência portuguesa, em 27 de janeiro de 2021, o Governo polaco publicou a decisão do Tribunal Constitucional politicamente comprometido de outubro de 2020, invalidando a constitucionalidade do acesso ao aborto por "defeito fetal grave e irreversível ou doença incurável que ameace a vida do feto". A implementação da decisão de um Tribunal cuja legitimidade foi, segundo a própria avaliação da Comissão Europeia, comprometida, corre o risco de prejudicar gravemente os direitos das mulheres e o acesso à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Conduz a violações de direitos protegidos pelo direito internacional e europeu de direitos humanos, incluindo os direitos à liberdade da tortura ou tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante, aos mais altos padrões de saúde, à privacidade e à não-discriminação e mina a adesão aos valores da UE de Estado de direito, igualdade, direitos humanos e dignidade consagrados no Artigo 2 do TUE. Mais recentemente, em março de 2021, [um novo projeto de lei que criminaliza o aborto](#) foi apresentado por iniciativa dos cidadãos. Se adotado, o projeto

de lei daria total proteção legal ao feto desde o momento da concepção e limitaria os fundamentos para o cuidado legal, **proibindo o aborto nos casos em que a gravidez resulta de agressão sexual ou se a saúde de uma pessoa grávida estiver em risco, como previsto na Lei de Planeamento Familiar atualmente em vigor. O aborto seria tratado como homicídio punível com até 25 anos de prisão**, embora o tribunal emitisse uma punição mais branda ou renunciar totalmente à punição. Além disso, 16 deputados polacos alinhados com a coligação conservadora de governo apresentaram outro projecto de lei que, sob o pretexto de prestar cuidados a mulheres grávidas cujos fetos têm um "defeito letal suspeito ou diagnosticado", exigiria que fossem encaminhados para centros de saúde pré-natais onde as suas gravidezes seriam monitorizadas e as suas decisões sobre a gravidez influenciadas. A decisão do Tribunal Constitucional e iniciativas semelhantes são o resultado de tentativas sistemáticas ao longo dos últimos anos por parte do governo polaco, e de forças ultraconservadoras próximas do poder, para reverter os direitos das mulheres, inclusive limitando o seu acesso à saúde e direitos sexuais e reprodutivos e promovendo políticas que reforçam os papéis tradicionais de género, minando assim a igualdade de género, dentro da sociedade polaca.

Estamos também preocupados/as que o mesmo tribunal politicamente comprometido que invalidou a constitucionalidade do acesso ao aborto possa decidir sobre a retirada da Polónia da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica (Convenção de Istambul), na [sequência do encaminhamento da Convenção pelo Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki](#) devido à sua definição de "género". Paralelamente, o Parlamento está a debater a retirada da Polónia da Convenção com base num [projeto de lei de iniciativa dos cidadãos](#) intitulado "Sim à família, não ao género", que teve o seu primeiro debate no Parlamento a 17 de março de 2021 e, como resultado de uma primeira leitura realizada a 30 de março de 2021, foi encaminhado para as Comissões Parlamentares de peritos para novos procedimentos. O novo ataque ao direito fundamental das mulheres polacas a serem protegidas da violência representa mais uma tentativa de reverter os direitos das mulheres, e mais um exemplo da utilização pelo governo polaco do sistema de tribunais que tem comprometido seriamente desde 2015 como ferramenta para implementar uma agenda regressiva e antidemocrática.

Tomamos nota da [declaração](#) do Representante polaco no Grupo de Alto Nível da UE sobre Não Discriminação, Igualdade e Diversidade, lida durante a Conferência da Presidência Portuguesa sobre a Convenção de Istambul, a 6 de abril de 2021. O Governo polaco deve agora dar seguimento e comprometer-se a não se retirar da Convenção e a implementá-la plenamente.

### **Violação do Direito ao Protesto Pacífico e Alvo das Organizações dos Direitos da Mulher**

Igualmente preocupante é o facto do governo polaco continuar a [visar](#) organizações e ativistas dos [direitos das mulheres](#), cujo direito ao protesto pacífico sem medo de violência ou represálias tem sido violado através de campanhas difamatórias, negação sistemática de financiamento e brutalidade policial apoiada pelo governo. As ameaças à segurança dos ativistas aumentaram: pelo menos cinco organizações de direitos humanos e grupos de direitos das mulheres disseram ter denunciado ameaças de bomba entre 8 e 20 de março à polícia, que verificou as instalações e não encontrou provas de dispositivos explosivos. No entanto, alguns ativistas observaram que a polícia minimizou os riscos de segurança dessas e de outras ameaças de morte e indicaram ser improvável que uma investigação completa se seguisse. Além disso, [uma portaria recente](#) (25 de março de 2021) altera portarias anteriores sobre o estabelecimento de certas restrições, ordens e proibições relacionadas com o surto de uma epidemia. As novas disposições proíbem - além de organizar assembleias - a participação nas mesmas, o que pode causar mais perseguição aos manifestantes. A proibição é contrária à Constituição polaca, que, de acordo com o artigo 233(3) da Constituição polaca, estabelece que, mesmo em estado de catástrofe natural - ou seja, em estado de emergência constitucional - não seria possível restringir a liberdade de organização e participação em assembleias.

Estes desenvolvimentos alarmantes exigem uma resposta urgente e séria por parte do Conselho. Estamos profundamente desapontados/as pelo facto de o Conselho não ter realizado qualquer audiência ao abrigo do artigo 7(1) do TUE sobre o Estado de direito na Polónia desde setembro de 2018 e estamos preocupados/as com o facto

de a não análise contínua deste problema conduzir a uma maior erosão dos direitos fundamentais, tais como os acima mencionados.

Saudamos os [vossos apelos](#) no debate plenário do Parlamento Europeu sobre a Polónia, a 9 de fevereiro, para a proteção dos direitos fundamentais da mulher polaca e para garantir o acesso das ONG polacas de defesa dos direitos da mulher ao financiamento da UE, tais como o Fundo Social Europeu, o novo Programa Cidadãos, igualdade, Direitos e Valores, e outros instrumentos. Solicitamos assim que demonstrem o vosso apoio às organizações de direitos das mulheres polacas, continuando a apelar ao seu legítimo acesso a estes programas, e pressionando para que o Conselho tome medidas genuínas para travar as graves consequências e implicações significativas do recuo do Estado de direito implementado pelo governo polaco.

Os/as cidadãos/as e as organizações não governamentais que trabalham em prol do Estado de direito e dos direitos fundamentais em toda a UE **esperam que os seus governos se ergam e mostrem que o respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito permanece no centro dos valores da União Europeia**, e que os ataques a estes princípios não ficarão sem resposta. Se não o fizerem, comprometem a capacidade da UE de salvaguardar efetivamente a adesão aos valores fundamentais em que assenta a União e minam a sua credibilidade perante países terceiros.

Estamos disponíveis para prestar mais informações adicionais.

Subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

Associação para o Planeamento da Família

Amnesty International

BPW (Business and Professional Women) Europe

Center for Reproductive Rights

Civil Liberties Union for Europe (Liberties), Europe

European Women's Lobby, Europe

European Network of Migrant Women, Europe

End FGM European Network, Europe

EuroMed Rights, Europe

Front Line Defenders

Greenpeace, Europe

Human Rights House Foundation (HRHF)

Human Rights Watch

ILGA-Europe

International Campaign for Women's Right to Safe Abortion

International Federation for Human Rights (FIDH)

International Planned Parenthood Federation European Network, Europe

MSI Reproductive Choices

Open Society European Policy Institute (OSEPI)

Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants (PICUM)

Protection International

Royal College of Obstetricians and Gynaecologists (RCOG)

SOLIDAR

Women's Link Worldwide

Women on Waves

Women on Web International Foundation

Young European Federalists (JEF Europe)

Fédération Laïque des centres de planning familial, Belgium

Sensoa, Belgium

Platform for Reproductive Justice, Croatia

Le Planning familial, France

Ligue des droits de l'Homme (LDH), France

Internationale Liga für Menschenrechte, Germany

pro familia Federal Office, Germany

Hellenic League for Human Rights, Greece

Hungarian Helsinki Committee, Hungary

Irish Family Planning Association, Ireland

Men's Development Network, Ireland

LAIGA 194, Italy

LIDU Lega italiana diritti dell'Uomo, Italy

Pro-Choice RICA (rete italiana contraccezione e aborto), Italy



SeNonOraQuando? Turin, Italy

UDI-Unione Donne in Italia APS, Italy

Latvian Human Rights Committee, Latvia

Papardes Zieds (Latvian Family Planning Association), Latvia

Doctors for Choice, Malta

Rutgers, Netherlands

FOKUS - Forum for Women and Development, Norway

Liga Portuguesa dos Direitos Humanos – Civitas, Portugal

Association of Romanian Women in Italy (A.D.R.I.), Romania & Italy

Center for Community Security and Mediation, Romania

Corona Foundation, Romania

Romanian Women's Lobby, Romania

Society for Feminist Analyses AnA, Romania

Freedom of Choice, Slovakia

Slovak Family Planning Association, Slovakia

Inštitut 8.marec, Slovenia

Asociación Pro Derechos Humanos de España (APDHE), Spain

Federación Planificación Familiar Estatal, Spain

RFSU, Sweden

Polish Civil Society Organisations:

Association for Legal Intervention (SIP), Poland

Federation for Women and Family Planning, Poland

Polish Federation of Business & Professional Women (BPW), Poland

Ogólnopolski Strajk Kobiet (All-Poland Women's Strike), Poland

ADDP l'Association Défense de la Démocratie en Pologne (Stowarzyszenie na rzecz obrony demokracji w Polsce), Poland

ASTRA Network, Poland

BABA Lubuskie Stowarzyszenie na Rzecz Kobiet, Poland

Berliński Kongres Kobiet, Poland

Black Brussels Balloons, Poland

Czarny Protest Bielsko-Biała, Poland

Czarny Protest Gliwice, Poland

Danish Family Planning Association, Denmark

Democracy is OK (DOK), Poland

Demokratyczna Unia Kobiet, Poland

Dolnośląskie Forum Kobiet Stowarzyszeń i środowisk Kobiety, Poland

Dziewuchy Berlin, Poland

Dziewuchy Dziewuchom Francja, Poland

Dziewuchy Dziewuchom Sieraadz, Poland

Dziewuchy Londyn, Poland

Dziewuchy Szczecin, Poland

Dziewuchy Szwajcaria, Poland

Farsa, Poland

Federacja na Rzecz Kobiet i Planowania Rodziny, Poland

Federacja Polskie Lobby Kobiet, Poland

Femini Berlin Polska, Poland

Feministyczne Stowarzyszenie Polonijne Elles sans Frontieres ASBL, Poland

Fundacja Klamra, Poland

Fundacja Cicha Tęcza, Poland

Fundacja Centrum Praw Kobiet, Poland

Fundacja Czas Dialogu, Poland

Fundacja Droga Kobiet, Poland

Fundacja Edukacja – Równość – Aktywność – Dialog Era Dialogu, Poland

Fundacja Feminoteka, Poland

Fundacja Głosuj na Kobietę, Poland

Fundacja im. Izabeli Jarugi-Nowackiej, Poland

Fundacja im. Kazimierza Łyszczczyńskiego, Poland

Fundacja Inicjatywa Kobiet Aktywnych, Poland

Fundacja Kobiety Zmieniają Świat, Poland

Fundacja na Rzecz Równości i Emancypacji STER, Poland

Fundacja Nowoczesnej Edukacji SPUNK, Poland

Fundacja Prawnikon, Poland

Fundacja Przestrzenie Dialogu, Poland

Fundacja Rodzić po ludzku, Poland

Fundacja Trans-Fuzja, Poland

Galeria Inspiracji, Poland

Great Coalition for Equality and Choice, Poland

Grupa nieformalna Równość.info, Poland

Grupa Ponton, Poland

Helsinki Foundation for Human Rights, Poland

Inicjatywa Sto Lat Głosu Kobiet, Poland

Koalicja KARAT, Poland

Kobiety w Sieci, Poland

KOD Kobiety, Poland

Konferencja Episkopatu Polek, Poland

Kongres Kobiet Północnej Wielkopolski (Stowarzyszenie „Metropolia Wielkopolska”),  
Poland

Kongres Kobiet w Tomaszowie, Poland

Kongres Kobiet Województwa Śląskiego, Poland

Kongres Świeckości, Poland

Koszalińskie Stowarzyszenie Aktywności Lokalnej Era Kobiet, Poland

Lambda Warszawa, Poland

Lubelska Koalicja na Rzecz Kobiet, Poland

Łódzki Szlak Kobiet, Poland

Manifa Bydgoska, Poland

Manifa Koszalin Strajk Kobiet, Poland

Manifa Lublin, Poland

Manifa Łódź, Poland

Manifa Rzeszów, Poland

Manifa Toruńska, Poland

Manifest Wolnej Polki, Poland

Mapa kościelnej pedofilli, Poland

Marsz Godności, Poland

Medical Students For Choice Poland, Poland

Międzynarodowy Strajk Kobiet, Poland

Nic o nas bez nas. Ruch kobiecy Gliwice i Pyskowice, Poland

Nieformalna Grupa Czarny Protest, Poland

Nieformalna Grupa Inicjatywna z Bydgoszczy, Poland

Obywatelskie Stowarzyszenie "Możemy", Poland

Ogólnopolski Strajk Kobiet, Poland

OSK Gryfino, Poland

OSK Kielce, Poland

OSK Lublin, Poland

OSK Puławy, Poland

OSK Sanok, Poland

Plakaciary, Poland

Polskie Towarzystwo Genderowe, Poland

Polskie Towarzystwo Prawa Antydyskryminacyjnego, Poland

Powislanska Akcja Kobiet, Poland

Protest kobiet, Poland

Ratujmy Kobiety, Poland

Ratujmy Kobiety Tarnów, Poland

Różowa skrzyneczka, Poland

Stowarzyszenie Aktywne Kobiety, Poland

Stowarzyszenie Dolnośląski Kongres Kobiet, Poland

Stowarzyszenie im. Stanisława Brzozowskiego – Krytyka Polityczna, Poland

Stowarzyszenie Inicjatyw Kobietych, Poland

Stowarzyszenie Klucz Stop Społecznym Wykluczeniom, Poland

Stowarzyszenie Kobiety Słupsk, Poland

Stowarzyszenie Kobieta na PLUS, Poland

Stowarzyszenie Kobiety Piaseczno, Poland

Stowarzyszenie Kongres Kobiet, Poland

Stowarzyszenie Koniński Kongres Kobiet, Poland

Stowarzyszenie Łódzkie Dziewuchy Dziewuchom, Poland

Stowarzyszenie Nasz Bocian, Poland

Stowarzyszenie ON/OFF, Poland

Stowarzyszenie ONE, Poland

Stowarzyszenie Poprawy Spraw Alimentacyjnych – Dla Naszych Dzieci, Poland

Stowarzyszenie Pro Femina, Poland

Stowarzyszenie Prowincja Równości, Poland

Stowarzyszenie Stan Równości, Poland

Stowarzyszenie Stop Stereotypom, Poland

Stowarzyszenie Szlakiem Kobiet, Poland

Stowarzyszenie Wszechnicy Oświeceniowo-Racjonalistycznej, Poland

Strajk Kobiet Sardynia, Poland

Tęczowy Tarnów, Poland

Toruńskie Dziewuchy, Poland

Trójmiejska Akcja Kobieta, Poland

Warszawski Strajk Kobiet, Poland

Warszawskie Dziewuchy, Poland

Wielkopolski Kongres Kobiet, Poland

ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento

Amnistia Internacional Portugal

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Associação Portuguesa Mulheres Juristas

ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE FARIM – AFAFC

Associação Espaços - Projetos Alternativos de Mulheres e Homens

Associação ILGA Portugal

Associação plano i

Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM)

Associação Portuguesa pelos Direitos da Mulher na Gravidez e Parto

AVOAR - Associação para a Educação Artística e as Literacias

Caniço Advogados

Cannareporter

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social

FIAN Portugal

GAT- Grupo de Ativistas em Tratamentos

Independentemente

Mulher Século XXI - Associação de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

PSI-ON Associação

PTMC - Portugal Medical Cannabis

Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social

SEIES – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, CRL

UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta